

Desenvolvimento (Humano) Sustentável e Metodologias Integrativas: Buscando Novas Rotas¹

Maria Laís dos Santos Leite

Resumo

Este artigo tem como objetivo tecer considerações sobre o desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano e lançar algumas considerações acerca das metodologias integrativas como possibilidade de religação entre estes. Utiliza-se como metodologia a pesquisa bibliográfica sobre o desenvolvimento sustentável por meio dos autores Bursztyn (1993), Bartholo Jr. e Bursztyn (2001) e Barbosa (2008), dos pilares que o integram em Sachs (2004) e UNESCO (2005) e da interdisciplinaridade neste campo, Bursztyn (2001), Leff (2000) e outros, considerações sobre o desenvolvimento humano em Morin e Kern (2000), Grangeiro (2013) e Sen (2010) e as metodologias integrativas para educação e gestão social através de Giannella (2013; 2008) e Giannella *et al.* (2011). A partir da discussão dos conceitos, percebeu-se a necessidade de “trazer para a lupa” a importância da dimensão humana como meio e objetivo no contexto do desenvolvimento sustentável e da utilização das metodologias integrativas como possibilidade de religação.

Palavras-chave

Desenvolvimento Sustentável. Desenvolvimento Humano. Metodologias Integrativas. Interdisciplinaridade.

Abstract

This article aims to elaborate considerations about sustainable development and human development and present some considerations about integrative methodologies as a possibility of reconnection among them. We performed bibliographic research about sustainable development, based on Bursztyn (1993), Bartholo Jr. and Bursztyn (2001) and Barbosa (2008), the pillars that integrate, using Sachs (2004) and UNESCO (2005), interdisciplinarity in this field, using Bursztyn (2001), Leff (2000) and others, considerations about human development based on Morin and Kern (2000), Grangeiro (2013) and Sen (2010), and integrative methodologies for education and social management based on Giannella (2013; 2008) and Giannella *et al.*

(2011). Through the discussion about the concepts, it was noticed the need to focus on the importance of the human dimension as a way and goal in the context of sustainable development and the use of integrative methodologies as a possibility of reconnection.

Keywords Sustainable Development. Human Development. Integrative Methodologies. Interdisciplinarity.

INTRODUÇÃO

Este artigo parte de uma análise do conceito e dos pilares do desenvolvimento sustentável e de sua proposta interdisciplinar, o que nos possibilita propor uma valorização do desenvolvimento humano para efetivação do desenvolvimento sustentável, utilizando-se, para tanto, as metodologias integrativas para educação e gestão social. O objetivo é tecer considerações sobre o desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano e a possibilidade de religação entre desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano por meio das metodologias integrativas.

A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica acerca do desenvolvimento sustentável por meio dos autores Bursztyn (1993), Bartholo Jr. e Bursztyn (2001) e Barbosa (2008), dos pilares para sua concretização através dos trabalhos de Sachs (2004) e UNESCO (2005) e da interdisciplinaridade neste campo, Bursztyn (2001), Japiassu (1976) e Leff (2000), considerações sobre o desenvolvimento humano em Morin e Kern (2000), PNUD (2001), Grangeiro (2013) e Sen (2010) e as metodologias integrativas para educação e gestão social através de Giannella (2008; 2013) e Giannella *et al.* (2011).

Apoia-se na ideia de que a humanidade vive um momento marcante e da possibilidade dos recursos necessários à sua sobrevivência, pois estamos diante de um momento crítico na história da Terra. Assim, para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum (Carta da Terra, 2002).

A proposta é “trazer para a lupa” a importância da dimensão humana como meio e objetivo no contexto do desenvolvimento sustentável, levando em conta que o desenvolvimento humano é muito mais do que o aumento ou quebra dos rendimentos nacionais. Tem a ver com a criação de um ambiente no qual as pessoas possam desenvolver o seu pleno potencial e levar vidas produtivas e criativas, de acordo com as suas necessidades e interesses. As pessoas são a verdadeira riqueza das nações, deste modo, o desenvolvimento tem a ver com o alargamento das escolhas que as pessoas têm para levar uma vida à qual deem valor (PNUD, 2001).

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Compreender o conceito de Desenvolvimento Sustentável implica em apreender não só os vocábulos “desenvolvimento” e “sustentabilidade” e a mudança de sentido que o segundo provocaria no primeiro, por adjetivá-lo, mas conhecer, pelo menos superficialmente, a significação histórica que este conceito carrega e sua relevância social e acadêmica.

Para fazer um recorte histórico sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável, tem-se, com base em Barbosa (2008), que o termo “desenvolvimento sustentável” surgiu nos estudos da Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, como uma resposta para a humanidade diante da crise social e ambiental pela qual o mundo passava a partir da segunda metade do século XX.

Para Hart e Milstein (2004), de acordo com a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a sustentabilidade global tem sido definida como a habilidade para satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações para satisfazerem suas necessidades. Similarmente, o desenvolvimento sustentável é um processo para se alcançar o desenvolvimento humano de uma maneira inclusiva, interligada, igualitária, prudente e segura.

Para Sachs (2004), o conceito de desenvolvimento sustentável é baseado no duplo imperativo ético de *solidariedade sincrônica* com a geração atual e de *solidariedade diacrônica* com as gerações futuras, o que nos compele a trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço.

Na Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), também conhecida como Comissão de Brundtland, no processo preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – também chamada de “Rio 92”, foi elaborado um relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”, contendo informações colhidas pela comissão ao longo de três anos de pesquisa e análise, destacando-se as questões sociais, principalmente no que se refere ao uso da terra, sua ocupação, suprimento de água, abrigo e serviços sociais, educativos e sanitários, além de administração do crescimento urbano (BARBOSA, 2008).

Neste relatório, está exposta uma das definições mais difundidas do conceito, que o desenvolvimento sustentável seria aquele capaz de permitir que as necessidades do presente sejam satisfeitas sem comprometer as possibilidades de sobrevivência de gerações futuras (BARBOSA, 2008).

Um caminho para uma compreensão ampla do Desenvolvimento Sustentável pode estar na diferenciação do entendimento de crescimento e desenvolvimento, trazido à América Latina pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), da Organização das Nações Unidas, a qual defende que:

[...] produz interpretações e análises a partir de critérios e enfoques autóctones, diferenciando conceitualmente *crescimento*, como expansão quantitativa da economia, e desenvolvimento, como mudança qualitativa positiva, envolvendo distribuição de renda e avanços sociais. Para transformar o crescimento em

desenvolvimento, seria preciso planejar, ou seja, intervir no sistema econômico, promovendo atividades estrategicamente identificadas como motrizes e, eventualmente, condicionando ou inibindo outras, tidas como provocadoras de vulnerabilidades. (BARTHOLO JR.; BURSZTYN, 2001, p. 163, grifo dos autores).

Como explicam Bartholo Jr. e Bursztyn (2001), esta diferenciação mostra-se como um importante passo, primeiro pela identificação do Estado como elemento de coordenação e promoção, e ainda pela introdução do fator qualitativo de natureza social na análise econômica. Houve, assim, nos anos 1960 e 1970, uma patente adoção do planejamento em todo o mundo, contando inclusive com apoio de organismos internacionais, com um aumento do número de agências e programas governamentais voltados à promoção do desenvolvimento econômico, em escala nacional e regional.

Entretanto, dois tipos de problemas ocorreram: uma excessiva valorização da razão econômica, com preocupação imediatista, e uma negligência da dimensão sociocultural institucional. O planejamento, em países com fragilidade político-institucional, falhou em vários aspectos fundamentais, perdendo legitimidade social, credibilidade e, finalmente, saiu do eixo das decisões econômicas para se tornar essencialmente objeto de estratégias políticas (BARTHOLO JR.; BURSZTYN, 2001).

O conceito de “Desenvolvimento Sustentável” encontra, no século XXI, sua legitimidade, “diante de um quadro de marcantes desafios a serem enfrentados, de problemas não resolvidos, de obstáculos criados pela própria ação do homem, o papel da ciência é posto em evidência em todos os balanços e análises prospectivas” (BURSZTYN, 2001, p. 9).

Momento marcante, pela percepção da possibilidade de finitude humana e dos recursos necessários a sua sobrevivência, os quais, para terem continuidade, necessitarão de uma “tomada de consciência”, da responsabilidade necessária para com o outro e a “Terra”, o que pode ser resumido no brilhante trecho extraído da Carta da Terra (2002):

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações (CARTA DA TERRA, 2002, p. 1).

Para Chacon (2007), a gestão ambiental, a conscientização da sociedade para o seu papel como agente de transformação da realidade, bem como o fortalecimento da participação de cada um na tomada de decisão são os pontos que constituem a proposta de mudança

inerente ao conceito, o que teria como consequência, caso posto em prática, a busca de um crescimento econômico eficiente e racional, por meio de ações que supririam as necessidades da humanidade no presente, sem tirar das gerações futuras o direito de também terem as suas necessidades supridas.

A autora também destaca que, quando se pretende alcançar um processo de desenvolvimento que seja considerado sustentável, pressupõem-se ações conjuntas que visem não apenas o aspecto econômico, mas também uma distribuição socialmente justa dos resultados do progresso científico e tecnológico, bem como um processo produtivo que respeite o meio ambiente. É ainda fundamental o respeito à diversidade cultural das sociedades-alvo do processo (CHACON, 2007).

Porém, é possível perceber uma “ingenuidade” ao querer transformar o Desenvolvimento Sustentável numa “palavra mágica”, capaz de salvar todos os erros do passado, ignorando a necessidade de uma profunda reflexão sobre os hábitos diários na nossa relação com a natureza, com os outros seres humanos, com o trabalho, com a política. Assim, podemos buscar atitudes mais acertadas na busca pelo desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, Bursztyn (1999) esclarece que a produção do conceito de desenvolvimento sustentável representa, por um lado, uma alienadora tentativa de reconciliar a busca do bem-estar presente com a segurança de condições de vida satisfatórias no futuro. Por outro lado, há uma preocupante tendência a que se torne mais uma panaceia salvacionista, iludindo os alarmados e inibindo os alarmistas, sem necessariamente resolver os problemas que geraram a discussão.

Muitos discursos, campanhas políticas e políticas públicas têm se sustentado no conceito de desenvolvimento sustentável, um conceito que foi apropriado pelo discurso político como uma “fórmula mágica” que abre portas, consegue recursos e tudo justifica, legitimando e revestindo de modernidade o antigo jogo do poder que define as políticas, seja ao nível do “governo mundial” ou nacional, ou ao nível local (CHACON, 2007).

A amplitude do conceito de desenvolvimento sustentável e a possibilidade de vinculação de diversas áreas do conhecimento (ecologia, economia, educação, ciências sociais, administração, arte e cultura, biologia, direito, psicologia, filosofia, entre outras) podem abrir novas percepções e formas de atuação, conforme a inclusão dessas áreas e a conexão entre as várias, através da inter e transdisciplinaridade, encorajadas através dos pilares que sustentam a teoria e a prática do Desenvolvimento Sustentável.

INTERDISCIPLINARIDADE E PILARES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Antes de falar das particularidades da interdisciplinaridade no Desenvolvimento Sustentável, faz-se necessário resgatar o termo interdisciplinaridade e discuti-lo, pois, de tão usado atualmente, muitas vezes acaba sendo banalizado.

A interdisciplinaridade pode ser entendida como um processo de inter-relação de processos, conhecimentos e práticas, o qual transborda e transcende o campo da pesquisa e do ensino no que se refere estritamente às disciplinas científicas e suas possíveis articulações (LEFF, 2000).

Em muitas publicações e discussões, o termo interdisciplinaridade vem sendo usado como sinônimo e metáfora de toda interconexão e “colaboração” entre diversos campos do conhecimento e do saber dentro de projetos que envolvem tanto as diferentes disciplinas acadêmicas, como as práticas não científicas, incluindo as instituições e atores sociais diversos.

É comum que diversos centros e organizações não governamentais, dedicados não só à educação e à formação ambiental como também à assessoria e promoção de projetos de desenvolvimento (regional, social, comunitário), autodenominem-se e assumam-se como centros de estudos interdisciplinares (LEFF, 2000).

Neste sentido, o autor esclarece-nos que:

[...] a noção de interdisciplinaridade se aplica tanto a uma prática multidisciplinar (colaboração de profissionais com diferentes formações disciplinares), assim como ao diálogo de saberes que funciona em suas práticas, e que não conduz diretamente à articulação de conhecimentos disciplinares, onde o disciplinar pode referir-se à conjugação de diversas visões, habilidades, conhecimentos e saberes dentro de práticas (LEFF, 2000, p. 22).

Para Japiassu (1976), a interdisciplinaridade apresenta-se como um protesto “contra um saber fragmentado, em migalhas, pulverizado numa multiplicidade crescente de especialidades em que cada uma se fecha para fugir do verdadeiro conhecimento” (JAPIASSU, 1976, p. 43).

E há interdisciplinaridade no campo do Desenvolvimento Sustentável? Pode-se dizer que o Desenvolvimento Sustentável em si é uma produção interdisciplinar entre economia e ecologia, ciências que se colocam “tão próximas em seus objetivos, mas que se distanciaram notavelmente [...]” (BURSZTYN, 2001).

Bursztyn (1999), em seu texto “Interdisciplinaridade: é hora de institucionalizar!”, afirma que: “a abertura de espaços institucionalizados para a prática acadêmica interdisciplinar implica resgatar a herança recente de experiências relevantes” (BURSZTYN, 1999, p. 229).

Um dos *locus* da construção do campo do Desenvolvimento Sustentável, o Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília - CDS/UnB, descreve que as linhas de pesquisa praticadas pelo CDS expressam as afinidades e competências dos corpos docente e discente e dos pesquisadores associados, sobre o princípio da busca de processos interativos de conhecimentos produzidos por diferentes campos do saber científico.

Sachs (2008) esclarece-nos a visão da organização sobre o trabalho interdisciplinar neste campo, não percebendo a interdisciplinaridade como uma mera soma de saberes unidisciplinares, fechados entre si; o desafio acadêmico do CDS consiste, exatamente,

na contínua e sempre inacabada construção de um espaço universitário de convivência interativa de saberes especializados, confinados pela tradição acadêmica e científica, em favor da construção do saber transdisciplinar, requerido para o enfrentamento dos grandes desafios contemporâneos da humanidade.

Porém, Bursztyń (2001) alerta-nos que, por um lado, a sintonia da Universidade com temas associados ao meio ambiente e à qualidade de vida das futuras gerações tem crescido. Entretanto, a relação do meio acadêmico institucionalizado com esse tipo de tema é muito difícil, já que a “organização departamentalizada valoriza as especialidades e é avessa a visões interdisciplinares” (BURSZTYN, 2001, p. 13).

Desde as discussões e conceituação do desenvolvimento sustentável, percebeu-se a necessidade da complexidade de variáveis envolvidas na busca de sua efetivação, para tanto foram identificados “Pilares do Desenvolvimento Sustentável”.

Há uma divergência sobre quais e quantos pilares dão base ao Desenvolvimento Sustentável, tornando necessária uma exposição de alguns pontos de vista, elencando-se aqui dois destes para embasar nossa discussão.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO (2005), as áreas que são mais comumente identificadas no conceito de desenvolvimento sustentável são sociedade, meio ambiente e economia. Estes três elementos foram ratificados na Cúpula de Joanesburgo como os três pilares do desenvolvimento sustentável.

O pilar da **Sociedade** engloba a compreensão das instituições sociais e do papel que desempenham na mudança e no desenvolvimento; o pilar relacionado ao **Meio Ambiente** alerta para a importância da consciência dos recursos e da fragilidade do meio ambiente físico e dos efeitos das atividades e decisões humanas sobre o meio ambiente; e o pilar da **Economia** valoriza a consciência em relação aos limites e ao potencial do crescimento econômico e seus impactos na sociedade e no meio ambiente, com o compromisso de reduzir os níveis de consumo individual e coletivo, em relação à preocupação com o meio ambiente e a justiça social.

Outro referencial escolhido é do economista Ignacy Sachs, o qual, há mais de trinta anos, está entre os autores que fundamentam o debate contemporâneo sobre a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento.

Assim, para Sachs (2004), o “conceito” de desenvolvimento sustentável é regido por cinco fatores principais, por ele intitulados “pilares do desenvolvimento sustentável”: social, ambiental, territorial, econômico e político.

De acordo com o autor, o pilar **social** abrange a visão de que as más situações sociais em muitos lugares do mundo estão relacionadas ao descaso das autoridades, frente à desigualdade social acumulada ao longo dos anos. A questão **ambiental** tem dupla importância, fornece os recursos para a sustentação da vida e é o agente receptor dos resíduos que voltam para a natureza. O pilar **territorial** está ligado à distribuição espacial

de recursos naturais, da população e das atividades desenvolvidas. A questão **econômica** que viabiliza o acontecimento dos fatos, buscando-se o gerenciamento mais eficiente dos recursos, enfatizando-se uma análise macrossocial e a amplitude social dos benefícios. E por fim, o **político**: a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para conjuntura social (SACHS, 2004).

Para o autor, estes cinco pilares formam um conjunto de ações que, progredindo simultaneamente, são capazes de conduzir a evolução do desenvolvimento sustentável, trazendo benefícios para a população e também para a natureza.

Porém, pode-se pensar que, mesmo diante desses pilares, para o desenvolvimento sustentável, torna-se necessário trazer ao foco de análise a dimensão humana, pode-se dizer que o desenvolvimento social, econômico, ambiental, cultural e político, perpassa um desenvolvimento do próprio ser humano, uma forma implicada e ética do desenvolvimento humano sustentável.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Reafirma-se aqui que a proposta é “trazer para a lupa” a dimensão humana no contexto do desenvolvimento sustentável.

Bartholo Jr. e Bursztyn (2001) em seu texto “Prudência e Utopismo: ciência e educação para a sustentabilidade”, citando Hans Jonas (1979), fazem um chamamento ético em torno do desenvolvimento sustentável e do papel da ciência ao afirmar que:

Se a ética destina-se à ordenação e regulação do poder de agir, as ameaças engendradas pelo poder científico tecnológico crescem num “vácuo ético”, diante do qual Hans Jonas (1979) propõe o reconhecimento da vigência de um novo “princípio de responsabilidade” que tenha no mandamento “que exista uma humanidade!” seu imperativo categórico (BARTHOLO JR.; BURSZTYN, 2001, p. 166-167).

Ainda segundo os autores, a proposta de Hans Jonas é fundamentar uma modernidade ética apta a restringir à capacidade humana de agir como um destruidor da autoafirmação do ser, expressa na perenização da vida. Assim, podemos conceber o desenvolvimento sustentável como uma proposta que tem em seu horizonte uma **modernidade ética**, não apenas uma **modernidade técnica**, pois o princípio “sustentabilidade” implica incorporar ao horizonte da intervenção transformadora do “mundo da necessidade” o compromisso com a perenização da vida. É assim que a responsabilidade por outros e o interesse próprio podem entrelaçar-se na atividade econômica (BARTHOLO JR.; BURSZTYN, 2001).

Edgar Morin (2000), um dos pensadores mais importantes da atualidade, em parceria com Anne Brigitte Kern, afirma que o desenvolvimento é a palavra-chave, tornada onusiana, em torno da qual se debateram todas as vulgatas ideológicas da segunda metade de nosso século. No fundamento da ideia dominante de desenvolvimento, está o grande paradigma

ocidental do progresso. O desenvolvimento deve assegurar o progresso, o qual deve assegurar o desenvolvimento.

Morin e Kern (2000) pontuam ainda que o desenvolvimento tem dois aspectos: de um lado, é um mito global no qual as sociedades industrializadas atingem o bem-estar, reduzem suas desigualdades extremas e dispensam aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode dispensar e, de outro, é uma concepção redutora, na qual o crescimento econômico é o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais. **Essa concepção tecno-econômica ignora os problemas humanos da identidade, da comunidade, da solidariedade, da cultura.** Assim, a noção de desenvolvimento apresenta-se gravemente subdesenvolvida. A noção de subdesenvolvimento é um produto pobre e abstrato da noção pobre e abstrata de desenvolvimento.

Assim, seria um equívoco da reconstrução do desenvolvimento a partir do desenvolvimento sustentável negligenciar a importância da dimensão humana como caminho e objetivo deste modelo de desenvolvimento, esta posição é apontada também pelo Relatório de Desenvolvimento Humano (2001) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento:

O desenvolvimento humano é muito mais do que o aumento ou quebra dos rendimentos nacionais. Tem a ver com a criação de um ambiente no qual as pessoas possam desenvolver o seu pleno potencial e levar vidas produtivas e criativas, de acordo com as suas necessidades e interesses. **As pessoas são a verdadeira riqueza das nações. O desenvolvimento tem a ver, portanto, com o alargamento das escolhas que as pessoas têm para levar uma vida a que deem valor.** E tem a ver com muito mais do que o crescimento econômico, que é apenas um meio – ainda que muito importante – de alargar as escolhas das pessoas (PNUD, 2001, p. 9, grifo nosso).

Em sua dissertação de mestrado, Grangeiro (2013) declara que sua abordagem (a importância da cultura para o desenvolvimento sustentável) fundamenta-se na hipótese de existência de fortes correlações entre a realização do desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento humano, o qual, por sua vez, depende da cultura como elemento que tem um papel-chave, especialmente na aceção da “ação cultural”, entre os muitos significados que este conceito pode assumir.

Adverte o autor: para alcançar modelos de desenvolvimento que se pretendam sustentáveis, é necessário lutar pela construção de uma sociedade igualmente sustentável, constituída por seres humanos capazes de pensar e agir de maneira sustentável. Neste sentido, mais do que nunca precisamos rever esse conceito de sustentabilidade (GRANGEIRO, 2013).

Grangeiro (2013) descreve ainda que o ser humano precisa estar no centro do futuro e, se a sustentabilidade é condição para este futuro, ele deve assumir papel central nesse paradigma. Para tanto, declara que é preciso empoderar as pessoas de forma a que elas venham a atuar enquanto sujeitos do desenvolvimento, outrossim, elas devem estar fortalecidas, no que diz respeito à afirmação das suas identidades culturais.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) afirma que: a abordagem

de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano (PNUD, 2013).

O desenvolvimento humano é assim entendido como um processo de constituição, ou resgate, da autoestima, das capacidades e inteligências múltiplas dos sujeitos, de forma a empoderá-los para assumirem responsabilidades individuais e coletivas. (GRANGEIRO, 2013).

Pode-se ainda sustentar essa reflexão através do Índice de Desenvolvimento Humano. Tem-se que, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano intitulado “A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano”, a partir de 1990, o entendimento público do desenvolvimento foi reformulado pelo aparecimento do primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano. Conduzido pelo visionário Mahbubul Haq, o documento teve um profundo impacto sobre a maneira como os formuladores de políticas, os funcionários públicos e os meios de comunicação, bem como os economistas e outros cientistas sociais, veem o progresso social.

Em vez de se concentrar somente nuns poucos indicadores de progresso econômico tradicionais, o registo do “desenvolvimento humano” propõe uma análise sistemática de um manancial de informação acerca do modo como vivem os seres humanos em cada sociedade e de quais as liberdades substantivas de que desfrutam. Os Relatórios de Desenvolvimento Humano abriram espaço para uma grande variedade de informação e análises relacionadas com diversos aspectos da vida humana (SEN, 2010).

A busca de uma nova “medida” que caracterizasse o desenvolvimento foi vista inicialmente como um problema, pela dificuldade de substituir um número simples como o PIB por uma avalanche de tabelas e suas análises. Assim, para rivalizar com o PIB, foi concebido explicitamente um índice simples, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), concentrado apenas na longevidade, no ensino básico e no rendimento mínimo. Sem surpresas, o IDH, o qual se revelou muito popular na discussão pública, sofre de uma “rusticidade”, semelhante à do PIB (SEN, 2010).

Se, por um lado, o IDH como conhecemos hoje merece admiração por ter ampliado a visão de desenvolvimento, por outro, podemos dizer que este ainda se torna insuficiente para pensar toda a complexidade de uma visão atual do desenvolvimento. Ou, como diria Sen (2010):

Como alguém que privilegiou o trabalho com Mahbub na concepção do IDH, afirmaria que, não obstante a sua simplicidade, o IDH fez o que se esperava dele: funcionar como uma medida simples semelhante ao PIB, mas, ao contrário deste, sem deixar de fora tudo o que não sejam rendimentos e bens. Contudo, a enorme amplitude da abordagem do desenvolvimento humano não deve ser confundida, como por vezes acontece, com os limites estreitos do IDH (SEN, 2010, p. VI).

Assim, pode-se perceber ainda um distanciamento entre “amplitude da abordagem do desenvolvimento humano” e o desenvolvimento sustentável, porém, isso não se restringe só às medidas, mas ainda à prática, por exemplo, em intervenções em Projetos Sociais ou na Educação. Assim, traz-se abaixo uma possibilidade de ação e reflexão nestes campos, construindo caminhos para a religação entre o Desenvolvimento Humano e Sustentável.

METODOLOGIAS INTEGRATIVAS PARA A EDUCAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: RELIGANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Bartholo Jr. e Bursztyn (2001) afirmam que, além da religião, na modernidade, a ciência e a arte passam a se constituir em caminhos autônomos para a formação ética da pessoa. Entretanto, pode surgir uma indagação: a ciência e a arte podem ser pensadas distintamente (apenas) ou podem ser reconectadas? Isto seria possível?

Giannella (2008) aponta² um caminho através das Metodologias Integrativas, anteriormente definidas como “Metodologias não convencionais”, as quais assumem um referencial teórico pós-positivista, declaradamente não tecnicistas, visando propiciar a produção de conhecimento interativo, valorizar as competências reais dos sujeitos envolvidos em cada processo e, finalmente, mobilizar, na esfera pública, toda a riqueza do humano. Trata-se da ampla família de metodologias voltadas à gestão de trabalho de grupo, produção conjunta de conhecimento, análise, interpretação e solução participativa de situações-problema; mas também inclui o recurso às artes nas formas de uso do teatro, dança, fotografia, música e outras, como auxílios à compreensão e reflexão na vivência da realidade, instrumentos potencialmente poderosos, porque tocam teclas, despertam e legitimam sensibilidades outras com respeito àquelas puramente racionais, abrindo portas aos muitos sujeitos normalmente excluídos pelos códigos lógico-verbais dominantes na esfera pública.

Essa proposta busca, de acordo com Giannella (2013a), recompor as fraturas que o paradigma cientificista nos impôs nos séculos passados. Os seres humanos separados da natureza; a mente separada do corpo; a razão separada da emoção; a natureza separada da cultura; a análise e o planejamento separados da intuição e da capacidade de apreender com o contexto. As implicações deste modelo estão escancaradas diante de nossos olhos, nas diversas crises que o nosso mundo enfrenta: ecológica, econômica, social.

As Metodologias Integrativas podem ser compreendidas ainda como um conjunto de “abordagens, técnicas e métodos norteados pela busca de uma recomposição entre as partes cindidas do ser humano. A mente se incorporando, a racionalidade tornando-se sensível, a ciência subjetivando-se, o método abrindo-se para a intuição e a criatividade” (GIANNELLA *et al.*, 2011, p. 143).

Para compreender o papel das metodologias e suas possibilidades de ação, faz-se necessário compreender a diferença entre o paradigma dominante nas ciências (positivista/cartesiano) e o paradigma no qual as metodologias buscam apoiar-se (ecossistêmico/holístico). Pode-se citar como características do modelo positivista: “a visão de mundo mecanicista e determinista;

a confiança absoluta na racionalidade linear e objetiva; a certeza – evidentemente falha – de ter domínio, controle e previsão sobre cada aspecto da natureza e da sociedade, através do conhecimento científico e tecnológico” (GIANNELLA, 2013b, p. 2).

Já o paradigma ecossistêmico/holístico, critica abertamente o paradigma positivista, alegando a completa inadequação dos padrões de cientificidade próprios das ciências naturais para as humanas e sociais. Nesta abordagem, são os próprios objetivos das ciências sociais a se diferenciarem, sendo tais ciências as primeiras dedicadas a interpretar e compreender o comportamento do ser humano, individualmente ou em grupos sociais, e o sentido que os próprios sujeitos atribuem às suas ações, ao invés de explicar e prever acontecimentos de acordo com leis universais e objetivas (GIANNELLA, 2013b).

Deste modo, torna-se possível destacar possibilidades de Ação-Reflexão por meio das Metodologias Integrativas, na tentativa de ampliação do papel da ciência e do ser humano, através de uma visão ecossistêmica dos mesmos:

Ultrapassar uma visão simplista da realidade: entender a insuficiência do objetivismo, a complexidade e multidimensionalidade do real, a possibilidade de uma visão integrada. **Ultrapassar uma visão simplista dos contextos:** [...] campos concretos de relação entre vínculos globais e locais, entre aspectos estruturais e idiossincráticos, cujas “leis” de funcionamento precisamos decifrar no bojo de sua própria ação. **Ultrapassar uma visão simplista do sujeito:** o reconsiderar a visão clássica da racionalidade, se aproximando de uma concepção não abstrata e absoluta e sim integral e pluralista de racionalidade, nos permite superar uma concepção ingênua do sujeito e de atingirmos uma compreensão complexa das motivações e razões da sua ação. É uma visão em que o racional não exclui mais o emocional, o imaginário, o sensível. [...] **Ultrapassar uma visão simplista das políticas:** [...] (chegando a uma) imagem imediatamente mais adequada do que é um processo de decisão hoje. Isto é, um campo em que a racionalidade não há nada de absoluto, os sujeitos trazem em jogo racionalidades, paixões, visões, valores e interesses múltiplos, em que não existe uma autoridade absoluta capaz de impor uma compreensão do presente e uma visão do futuro. **Ultrapassar uma visão simplista da metodologia:** uma consciência epistemológica mais apurada nos leva, finalmente, a uma visão criativa, e não mais “burocrática” do método capaz de nos orientar frente à ocorrência do imprevisto. Uma arte da improvisação que nos permita aprender com o inesperado sem perder o norte dos nossos objetivos (GIANNELLA, 2008, p. 13-14).

As Metodologias Integrativas poderiam, deste modo, ampliar e valorizar a participação dos sujeitos nos diversos espaços de construção e efetivação do desenvolvimento sustentável, através de diferentes tipos de comunicação, mais democráticas e integrativas. E, segundo Grangeiro (2013), estimular o indivíduo a exercitar a sua criatividade, aguçá-lhe os sentidos e capacitá-lo para a construção e leitura de códigos diversos.

O facilitador, tanto no contexto educacional quanto em projetos sociais, dá início a um “processo cujo fim ele não prevê e não controla, numa prática cujas etapas não lhe são muito claras no momento da partida” (COELHO, 2006, p. 14). Uma vez estruturado, esse processo parece-nos ser capaz de preparar o indivíduo no sentido de facultar-lhe o exercício

da liberdade e da autonomia, condições essenciais para o desenvolvimento humano. A partir destes princípios, ele poderá criar os seus próprios caminhos, constituindo-se como sujeito autônomo, porque livre. Ao invés de ser visto como beneficiário passivo de “engenhosos programas de desenvolvimento”, ele ou ela – o sujeito – estará mais próximo da “condição de agente livre e sustentável”, ético e socialmente comprometido, pronto para atuar, de maneira propositiva, nos contextos socioculturais em que se insere (GRANGEIRO, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão do conceito e dos pilares do desenvolvimento sustentável e de sua proposta interdisciplinar, foi possível perceber a necessidade de “trazer para a lupa” a importância da dimensão humana como meio e objetivo no contexto do desenvolvimento sustentável e da utilização das metodologias integrativas na intervenção e compreensão neste campo.

Retomamos aqui a ideia de que o desenvolvimento humano é muito mais do que o aumento ou quebra dos rendimentos nacionais e está ligado à criação de um ambiente no qual as pessoas, verdadeiras riquezas das nações, possam desenvolver o seu pleno potencial e levar vidas produtivas e criativas, de acordo com as suas necessidades e interesses. O desenvolvimento tem a ver, portanto, com o alargamento das escolhas que as pessoas têm para levar uma vida a que deem valor. E, para além do crescimento econômico, o qual é apenas um meio, ainda que muito importante, alargar as escolhas das pessoas (PNUD, 2001).

As Metodologias Integrativas apresentam-se, deste modo, como uma possibilidade de religar desenvolvimento humano e desenvolvimento sustentável, através da valorização do humano, da participação em suas diversas expressões, de um olhar mais amplo e cuidadoso para as relações intra e interpessoal e, sobretudo, por nos convocar a pensar/sentir a visão simplista das políticas, particularmente, as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

Recorremos às palavras de Chacon (2007) ao afirmar que os avanços no sentido de equacionar melhor o processo de desenvolvimento já podem ser percebidos, mas os resultados alcançados até agora podem ser questionados, já que muitas vezes os objetivos de políticas que visam promover o desenvolvimento para uma certa região são errantes no que se refere ao respeito às pessoas, à sua cultura e à sua história. E às palavras de Giannella (2008), a qual compreende que os sujeitos trazem em jogo racionalidades, paixões, visões, valores e interesses múltiplos. Acreditamos que, tantas vezes, fica encoberta a relação das pessoas com o seu território, com as condições climáticas, seu modo de vida e afinidades/desafetos e a significação do seu cotidiano diante da intensa valorização da racionalidade, do jogo político e interesses restritivamente econômicos no território.

A intervenção através das metodologias integrativas dá-se a partir de atividades grupais, dinâmicas e vivências que privilegiam a criatividade, a arte e a cultura para promover o empoderamento e fortalecimento dos sujeitos, verdadeiras riquezas das nações e agentes de desenvolvimento.

As Metodologias Integrativas poderiam, deste modo, ampliar e valorizar a participação dos sujeitos nos diversos espaços de construção e efetivação do desenvolvimento sustentável, através de diferentes tipos de comunicação, mais democráticas e integrativas. Segundo Grangeiro (2013), estimular o indivíduo a exercitar a sua criatividade, aguçá-lo os sentidos e capacitá-lo para a construção e leitura de códigos diversos.

Acredita-se assim que as Metodologias Integrativas compreendem o sujeito de forma integrada ao ambiente, aos outros seres humanos, fazendo-nos uma convocação para agirmos de maneira mais ativa em busca de uma nova racionalidade e de um novo desenvolvimento, mais coerente com a vida, seja ela, humana ou não.

Encerra-se este trabalho com o anseio de permanecer na busca de pesquisar, refletir e atuar na (re)aproximação entre desenvolvimento humano e sustentabilidade e, quiçá, inspirar outros a fim de, futuramente, darem maiores contribuições aos estudos desta área, motivados pela ideia de que ser pesquisador é ter uma atitude e uma prática teórica de constante busca em um processo intrinsecamente inacabado e permanente (LIMA; MIOTO, 2007).

NOTAS

- 1 Submetido à RIGS em: maio 2014. Aceito para publicação em: nov. 2016.
- 2 Em conjunto com outros autores e pesquisadores do Campo da Gestão Social entre eles Edgilson Tavares, Suzana Moura e Paula Schommer.

REFERÊNCIAS

A Carta da Terra. 2002. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf. Acesso em: 30 set. 2013.

BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões.** 4. ed. v. 1, n. 4, jan./jun. 2008. Disponível em: http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed_O_Desafio_Do_Desenvolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf. Acesso em: 23 set. 2013.

BARTHOLLO Jr., Roberto S.; BURSZTYN, Marcel. Prudência e Utopismo: Ciência e educação para a sustentabilidade. In: BURSZTYN, Marcel. (Org.). **Ciência, ética e sustentabilidade:** desafios ao novo século. São Paulo: Cortez, 2001.

BURSZTYN, Marcel. Apresentação. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. Interdisciplinaridade: é hora de institucionalizar! **Revista Ambiente e Sociedade,** Campinas, v. 2, n. 5, p. 229-232, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a19.pdf>. Acesso em: 05 out. 2013.

CHACON, Suely Salgueiro. **O Sertanejo e o caminho das águas:** políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido. Fortaleza: BNB, 2007. Série Teses e

Dissertações. Vol. 8. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/livroPDF.aspx?cd_livro=20. Acesso em: 05 out. 2013.

COELHO, Teixeira. O que é ação cultural. São Paulo: Brasiliense, 2006.

GIANNELLA, Valeria. Base teórica e papel das Metodologias não Convencionais para a formação em Gestão Social. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL: Os Desafios da Formação em Gestão Social. 2. **Anais...** Palmas, 2008.

_____. **Metodologias Integrativas** (no prelo). Projeto Dicionário da Formação em Gestão Social, 2013a.

_____. Epistemoloque? Epistemologia para não filósofos, guiando a ação para o tempo que vem. ALAS - CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA. 29. **Anais...** Santiago, 2013b.

_____. *et al.* As metodologias integrativas como caminho na ampliação da esfera pública. In: SCHOMMER, Paula Chies; BOULLOSA, Rosana de Freitas (Org.). **Gestão social como caminho para a redefinição da esfera pública**. Florianópolis: UDESC Editora, 2011.

GRANGEIRO, Mano. (Francisco Grangeiro Tavares Neves). **Ação cultural para o desenvolvimento sustentável**: trajetórias e percursos na região do Cariri. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), Universidade Federal do Ceará, Campus do Cariri, 2013.

HART, S. L.; MILSTEIN, M. B. Criando Valor Sustentável. **RAE Executivo**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 65-79, maio/jul. 2004.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2007**. São Paulo: Instituto Ethos, 2007. Disponível em: http://www.is.cnpm.embrapa.br/bibliografia/2004_Criando_valor_sustentavel.pdf. Acesso em: 30 set. 2013.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LEFF, Enrique. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In: PHILIPPI JR., Arlindo (Org.). **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000.

LIMA, Telma; MIOTO, Regina. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katálysis, Florianópolis, v. 10, n. spe, p. 37-45, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 17 out. 2013.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2000.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano (2001)**: Fazendo as novas tecnologias trabalhar para o

desenvolvimento humano. Disponível em: http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDH2001/HDR_Global_2001.zip. Acesso em: 14 out. 2013.

_____. **Relatório do Desenvolvimento Humano (2010):** A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. Disponível em: http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDH2001/HDR_Global_2001.zip. Acesso em: 14 out. 2013.

_____. **Desenvolvimento Humano e IDH.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>. Acesso em: 10 out. 2013.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEN, Amartya. Introdução. In: PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano (2010).** A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. Disponível em: http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDH2001/HDR_Global_2001.zip. Acesso em: 14 out. 2013.

UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014).** Brasília: UNESCO, 2005. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013.

Maria Laís dos Santos Leite

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável - PRODER da Universidade Federal do Cariri - UFCA. Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Leão Sampaio-UniLeão (2008-2012). Atualmente é servidora técnico-administrativa na Universidade Federal do Cariri - UFCA, exercendo a função de Coordenadora de Integração e Articulação com a Comunidade da Pró-Reitoria de Extensão e Coordenadora do Programa de Extensão Paidéia Cidade Educadora.